



XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

Desafios da Gestão Universitária no Século XXI

Mar del Plata – Argentina

2, 3 e 4 de dezembro de 2015

ISBN: 978-85-68618-01-1

O PERFIL PROFISSIONAL DOS ESTUDANTES DE CURSOS SUPERIORES EM TECNOLOGIA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL QUE ESTÃO NO MERCADO DE TRABALHO

JAQUELINE PINTO MATINS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE CASCAVEL - UNIVEL

jaquelinemartins@univel.br

DIMAS JOSÉ DETONI

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE CASCAVEL - UNIVEL

dimas@univel.br

CLAUDINEIA TOSI DE SOUZA

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE CASCAVEL - UNIVEL

claudineiatosi@hotmail.com

Resumo

Os cursos superiores em tecnologia estão mais voltados para a realidade do trabalho atual. Este trabalho teve como objetivo investigar o perfil profissional dos estudantes de cursos superiores em tecnologia que estão no mercado de trabalho, as razões que levaram a escolher o curso, suas expectativas após sua conclusão e se o acadêmico está estagiando ou trabalhando na área escolhida. O trabalho foi fundamentado por meio de pesquisa bibliográfica e o método quantitativo, com a aplicação de questionário, numa amostra de cento e setenta e nove acadêmicos dos primeiros anos dos cursos de gestão comercial, gestão financeira e processos gerenciais, na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel – UNIVEL. Através dos resultados analisados pode-se observar que o acadêmico do curso de gestão financeira, comercial e processos gerenciais é um estudante jovem, que buscou o curso devido ao mercado de trabalho e a influência das tendências, espera obter melhores salários após a sua formação e pretende continuar seus estudos em uma pós-graduação, *lato sensu ou stricto sensu*. Conclui-se que a educação tecnológica trouxe uma contribuição para o desenvolvimento do mercado de trabalho brasileiro, que vive em constantes mudanças e necessita de profissionais qualificados, aptos para encarar este novo e promissor cenário.

Palavras-chave: Perfil Acadêmico, Mercado de Trabalho, Educação Tecnológica.

Introdução

Com o crescente desenvolvimento e a globalização, a competitividade aumentou e a qualificação profissional tornou-se uma necessidade imediata e constante. Os cursos técnicos tornaram-se hoje uma importante opção para quem quer entrar no mercado de trabalho ou se aperfeiçoar na área em que atua, de forma mais rápida que os cursos superiores tradicionais, contudo, sem perder a qualidade e eficiência. Este novo cenário fez com que a demanda por este tipo de profissional aumentasse, fazendo com que as faculdades/universidades investissem em graduações tecnológicas, que teve sua origem no setor de tecnologia. Hoje já existem em diversas áreas, sendo que essas adaptações das habilidades se fazem necessárias para a garantia de empregabilidade atual. Com grande aceitação no mercado, a chance de contratação é de 80% em quase todas as áreas (RAMALHO, 2012).

Uma das principais diferenças dos cursos de graduação tecnológica, em relação aos cursos tradicionais de graduação, é a duração de 2 a 3 anos, ou seja, um tempo significativamente mais curto. Atualmente está em grande evidência, por ser mais especialista dentro do segmento escolhido. Para a entrada nestes cursos é necessário à conclusão do Ensino Médio e a participação em um Vestibular ou Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), diferente dos cursos técnicos que são cursos de nível médio (CHINARELLI, 2012). A lei 9.394 de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB) permite que o tecnólogo continue seus estudos, como pós-graduação, mestrado e doutorado.

Quando um país começa a evoluir economicamente, a necessidade de profissionais qualificados e especializados torna-se mais evidente, e aqueles que estiverem aptos poderão competir neste mercado. Por isso, o perfil da procura por cursos superiores mudou, hoje há um grande aumento por estes cursos rápidos para aproveitar as novas oportunidades que estão surgindo. Devido aos cursos serem mais práticos, mais focados em áreas específicas, teve um aumento de quase 100% entre 2004 e 2006, devido ao crescimento da procura e da oferta, e grandes perspectivas dentro do atual cenário (OLIVEIRA, 2012).

O presente trabalho teve como objetivo geral investigar o perfil profissional dos estudantes de cursos superiores em tecnologia que estão no mercado de trabalho. Os objetivos específicos foram: verificar se o aluno está estagiando ou trabalhando na área do curso; descrever quais são as expectativas após a conclusão do curso escolhido e identificar se as novas tendências do mercado influenciaram na escolha do curso.

Conhecer o perfil de um estudante universitário se faz necessário, para que as próprias instituições saibam como se preparar para atender às expectativas, de quem opta por um curso rápido. Esse tipo de público segundo pesquisas está em constante crescimento, e atender de forma satisfatória significa manter alunos por mais tempo na instituição, cursando uma pós-graduação lato sensu, por exemplo. O mercado de trabalho está mudando e um profissional qualificado terá vantagens diante de setores bastante competitivos. Os gestores de Recursos Humanos estão procurando profissionais com diferencial, profissionais especializados em áreas específicas, e os estudantes dos cursos de tecnologia poderão ser candidatos a uma inserção mais rápida ao mercado de trabalho. Com o fundamento exposto, deriva-se o problema, assim pronunciado: Qual o perfil profissional dos estudantes de cursos superiores em tecnologia que estão no mercado de trabalho?

A pesquisa constituiu-se em um *survey* com aplicação de questionários numa amostra de acadêmicos da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel (UNIVEL). Os integrantes da amostra foram acadêmicos dos cursos de tecnologia em Gestão Financeira, Processos Gerenciais e Gestão Comercial.

Fundamentação Teórica

Com o crescente aumento do mercado as empresas notaram a necessidade de um profissional mais especializado em certas áreas, a criação de cursos profissionalizantes de curta duração foi a solução encontrada para suprir esta demanda, que a cada ano tem aumentado. Porém, será necessário voltar um pouco e fazer um breve histórico sobre o início do curso superior brasileiros.

Cursos Superiores no Brasil: Breve Histórico

As universidades na Europa surgiram na Idade Média enquanto, os brasileiros tinham que atravessar o oceano, ir para Portugal e França, se quisessem um diploma, claro que somente a classe burguesa, realizava tal feito. No Brasil havia os seminários jesuítas, que trabalhava no modelo dos ensinamentos superiores, mas era somente para candidatos a seminarista. Com a vinda da família real para o Brasil, devido às necessidades que foram surgindo foram criados os primeiros cursos superiores, a Escola Politécnica (engenharia civil), a Academia Militar, que tinha de médico cirúrgico, de química, de agricultura, de economia, de cursos avulsos como matemática superior, etc. (ARANHA, 2006).

Em 1927 surgem os primeiros cursos jurídicos, mas em 1932 é elaborado um manifesto, chamado Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, onde defendiam a educação acadêmica também para os menos favorecidos e não somente para a elite, como vinha acontecendo. Em 1934 a Universidade de São Paulo, tornou-se a primeira com no modelo de organização, em 1937, se formam os primeiros professores licenciados para o ensino secundário (ARANHA, 2006)

Em 1932 eram 20.739 estudantes, já em 1945, eram cinco universidades e 293 estabelecimentos isolados (uma sala, um professor), com um total de 27.253, alunos matriculados (CUNHA, 2007).

Com a ditadura o crescimento do ensino teve um intervalo, diminuiu, mas mesmo com esse recesso, as escolas técnicas multiplicaram-se. O decreto nº 68.908/71 criou o vestibular classificatório, devido a grande procura pelas universidades, já que a ampliação do mercado de trabalho, a vinda de multinacionais para o Brasil, estimulou este aumento (ARANHA, 2006).

Em 1968 aconteceu a reforma universitária com a lei 5.540, e incorporou algumas modificações, como os objetivos do ensino superior, estabeleceu o princípio da não separação entre o ensino e pesquisa, previsão de admitir e demitir qualquer funcionário, o ensino superior poderia ser organizado como fundações ou organizações, o regime de cátedra também foi eliminado, entre outros (ARANHA, 2006).

Em 1970 foram criados programas de pós-graduação, com cursos de mestrado e doutorado, incentivo para se desenvolver pesquisas. Em 1977 foi fundada a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ARANHA, 2006).

Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 no capítulo IV, do artigo 43 aos 57 estabelecem normas, corresponde ao início da reformulação do ensino superior.

Com esta lei, podem-se verificar grandes mudanças no campo universitário e nas instituições, principalmente de gestão, no padrão de avaliação financiamentos, e também na forma de se relacionar do Estado e do ensino superior.

Surgimento dos Cursos Superiores em Tecnologia (CST)

O ensino profissional no início era mais específico para artesãos, fabricantes, miseráveis, menos favorecidos. Com a chegada das máquinas, as indústrias necessitavam de indivíduos qualificados. A partir desse período o ensino passa por grandes mudanças e a valorização do ensino profissional. Houve uma divisão, no entanto, o ensino secundário, destinado à elite, e o médio as classes inferiores. Em 1909, a criação de escolas profissionais

pelo governo federal, é um marco neste ensino. Com o aumento das escolas secundárias e da iniciativa privada, estas escolas diminuíram, principalmente após a criação do SENAI (1942), Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários - SENAI, órgão subordinado à Confederação Nacional da Indústria (CUNHA, 2000).

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil ficou impossibilitado de importar certos produtos, tendo assim, que aumentar seus investimentos nos setores industriais. Com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, e a vinda da Fábrica Nacional de Motores, houve a necessidade de qualificar a mão de obra, uma vez que trazer técnicos de outros países era caro para as empresas. Essa demanda fez com que o governo investisse em escolas técnicas, pois as que haviam estavam em péssimas condições (AMARAL, 2006).

Em 1959 surgem as Escolas Técnicas Federais. As instituições ganham autossuficiência de didática e gestão, com isso houve um crescimento da qualificação técnica da mão de obra, fundamental para a indústria da época que estava em fase de aceleração (ROSETTI; SCHIMIGUEL, 2011).

Em 1994 a lei 8.948 transformou as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). Hoje alguns CEFET's já se transformaram em universidades, como o CEFET Paraná, que é atualmente a Universidade Tecnológica Federal do Paraná desde 2005 com a lei 11.184 de 7 de outubro (CIAVATTA, 2010).

A primeira lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional trouxe mudanças para a educação, incluindo o ensino profissional. No capítulo III da lei nº 4.024 de 1961, determinou a compatibilidade entre os cursos profissionalizantes e o secundário para continuidade dos estudos (BRASIL, 2002).

A lei 5.540 de 1968 que possibilitava a criação de cursos de modalidades diferentes quanto ao número e a duração, seriam destinados a desenvolver habilidades, seriam cursos rápidos, para atender ao mercado. Em 1969 o Decreto-Lei nº 547 de 1969 autorizou cursos profissionalizante, entre eles Engenharia de Operações, oferecidos por escolas técnicas federais, com o objetivo de atender ao setor produtivo (BRASIL, 2002).

As indagações a respeito dos cursos superiores em tecnologia, principalmente quanto à duração, foram muito analisados na década de setenta. Principalmente após a lei federal 5.692 de 1971, que tornou obrigatório a profissionalização no ensino médio. Essas alterações atendiam ao clamor dos jovens, que necessitavam de qualificação para se ajustar as novas tendências, com formação técnica de nível médio e a formação de tecnólogo esperava uma rápida entrada no mercado de trabalho (BRASIL, 2002).

Devido ao chamado milagre econômico ocorrido no Brasil nos anos 70, que aumentou a demanda por profissionais capacitados, ocorre implantações de cursos superiores em tecnologia ocorridos principalmente em São Paulo, como a Fundação Educacional de Bauru (1970), Faculdade de Teologia (1971), a Faculdade de Tecnologia da Universidade Mackenzie também em 1971 (AMARAL, 2006).

Foi extinta em 1976 pelo Parecer nº 4.434 a denominação Engenharia de Operações, pois com as inovações este profissional perdeu espaço no mercado, mudou-se para Engenharia Industrial, que era parecido com a Engenharia tradicional. Com essa mudança surge no mercado dois perfis de profissionais, os engenheiros com a função de ligação e os tecnólogos com a função de execução (BRASIL, 2002).

Em 1978 com a lei nº 6.545, três escolas técnicas federais são mudadas para Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), que com a lei 8.948 de 1994 vão se transformando em Centros Federais de Educação Tecnológica, levando em conta os recursos humanos e financeiros de cada instituição, para se adequar a essa nova configuração (BRASIL MEC, 2009).

Em 1988 eram 53 instituições que ofereciam CST, com 108 cursos. Em 1998 já era 258 cursos em várias modalidades a maioria na área de informação. Esses cursos poderiam ser

oferecidos nas Universidades, Centros Universitários, Centros de Educação Tecnológica, Faculdades Integradas e Isoladas e Institutos Superiores, todos deveriam ser autorizados pelo MEC (BRASIL CNE/CES 436, 2001).

Pode-se observar que cursos oferecidos têm o objetivo de envolver todos os setores da economia, e o profissional deverá sair qualificado, apto para desenvolver a função na área escolhida.

Em 1996 com a aprovação da LBD 9.394, determinou que a educação devesse sempre estar vinculada ao trabalho e a prática, com a intenção de qualificar o aluno. Instituiu-se um novo tipo de ensino, um padrão escolar, a educação básica (primeiro grau), ensino médio (segundo grau) e a educação superior. O ensino técnico se desliga e passa a ter organização independente do ensino médio (GÍLIO, 2000).

O decreto nº 2.208 de 1997 regulamenta a educação profissional, e coloca os objetivos, aplicação, e os níveis, sendo eles: o nível básico, requalificar o trabalhador; técnico, habilitar o aluno do ensino médio; tecnológico, que são cursos superiores em tecnologias (BRASIL, 1997).

A Expansão do Curso Superior em Tecnologia

A lei federal nº10. 172/01, possui um parte especial, dedicada à cursos de tecnologia, que estabeleceu algumas metas para melhoramento deste tipo de ensino: aumentar a oferta, capacidade de educação profissional; alterar as regulamentações atuais; modificar aos poucos as escolas técnicas federais em local de educação profissional pública; estabelecer parcerias para melhorar o ensino profissional; aumentar os formadores para a educação tecnológica (BRASIL, 2002).

Em julho de 2004 com o Decreto 5.154 a educação tecnológica, passou a ter cursos e programas como: formação dos trabalhadores, a educação técnica e a educação profissional tecnológica. ” articula-se preferencialmente com a educação de jovens e adultos e busca a elevação do nível de escolaridade do trabalhador” (artigo 3º, § 2º). Este documento traz ao § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo as diretrizes e bases para a educação. A educação profissional para iniciar trabalhadores, também inclui as premissas da educação, como a educação por área profissional, esforços para articulação da educação, do trabalho e do emprego. Os cursos de tecnologia deverão ser organizados conforme o objetivo.

Ainda hoje muitos confundem cursos técnicos e tecnológicos, porque possui finalidade semelhante, a capacitação do profissional em áreas específica. Mas existem diferenças como mostra o quadro abaixo:

Quadro 1: Diferenças dos cursos Técnicos e Tecnológicos

Curso Técnico	Curso Tecnológico
Deseja entrar rapidamente no mercado de trabalho ou tem pressa em mudar de área profissional;	O foco é ter uma formação acadêmica para alcançar maior nível de hierarquia no mercado de trabalho;
Se encaixa no perfil de técnico, que lida principalmente com atividades operacionais;	A formação tem uma boa base teórica, capacitando o profissional a atuar como gestor;
Busca um diferencial no currículo, por meio de um área específica.	Deseja dar continuidade aos estudos em outros cursos como extensão, pós-graduação, mestrado e doutorado.

Fonte: www.passeiweb.com/vestibular/profissoes/artigos/diferenca_curso_tecnico_tecnologico, 2012.

Segundo Caxito (2008), este tipo de educação profissional está preparando o indivíduo, para desenvolver capacidades para realizar processos de acordo, com o mercado

empresarial, diferente do bacharelado de quatro, cinco anos até 6 anos, estudo abrange várias áreas, são mais generalizados. São estudos mais específicos, para proporcionar um entendimento mais prático e teórico das atividades que irá desenvolver, são mais focados na gestão de produção de bens e serviços. Com a grande diversificação desses cursos, e expansão do mercado, o estudante opta em fazer estes cursos por ser mais focado em uma área, em uma profissão específica. O problema dos cursos tecnólogos, por serem focados em determinada área, o profissional poderá atuar somente naquela na mesma, pois seu estudo é bastante técnico.

Segundo dados do INEP, após o Decreto nº 2.208/97, houve um grande aumento de cursos tecnólogos, que se enquadra na evolução da educação de um mundo que se tornou globalizado e os impactos das novas evoluções tecnológicas, e os investimentos, principalmente das instituições privadas. Que estão investindo bastante neste mercado que se mostra promissor.

Quadro 2: Oferta de Cursos Superiores de Tecnologia no Brasil -1991 a 2009

Ano	Número de Cursos	Oscilação em relação ao ano anterior %
1991	207	-----
1992	258	24,6
1993	268	3,9
1994	261	-2,6
1995	241	-7,6
1996	293	21,5
1997	194	-33,8
1998	258	24,8
1999	317	22,8
2000	364	12,9
2001	447	22,8
2002	636	43,3
2003	1.142	79,5
2004	1.804	36,6
2005	2.525	39,9
2006	3.037	20
2007	3.702	18
2008	4.355	17,6
2009	4.491	3,0

Fonte: Souza (2012, p. 110-111)

Pode-se verificar um grande aumento nos últimos anos, passou de 258 em 1998 para 4.355 cursos em 2008, um aumento em torno de 1.200% (BRASIL MEC, 2009). Já o censo 2010 mostra um aumento nas matrículas dos cursos tecnólogos de 69.797 em 2001, para 781.609 em 2010, esse aumento foi causado principalmente pelas instituições privadas.

Em 2006 pelo decreto 5.773, cria-se o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, elaborado pelo MEC, juntamente com a secretária de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), para especificamente dar um padrão para os cursos. Como em uma mesma pode existir vários cursos como exemplo a área de Marketing, que existe em torno de trinta denominações diferentes. O catálogo em 2006 foi lançado com 98 nomenclaturas de cursos existentes no país, com revisão prevista a cada ano, devido ao constante aumento das necessidades do mercado. Foi também através do catálogo que pode ser realizado o Exame de Desempenho dos Estudantes (ENADE), a partir de 2007 (MEC).

O catálogo, é um auxílio para a graduação tecnológica, passou a ser referência para a obtenção de esclarecimentos sobre estes cursos, para futuros alunos, e referência para professores e instituições. Contribui ainda para conferir maior visibilidade e o reconhecimento público e social dessas graduações (BRASIL, MEC, 2010).

Metodologia

Para fundamentar o trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e exploratória.

A população desse estudo foram os estudantes de cursos superiores em tecnologia da UNIVEL. A amostra utilizada foram os acadêmicos do primeiro ano dos cursos de Gestão Financeira, Comercial e Processos Gerenciais. De um total de 248 alunos matriculados, nos três cursos, teve-se um retorno de 72,17% dos questionários aplicados, 179 pessoas colaboraram com a pesquisa. Foram utilizadas amostras não probabilísticas, por conveniência.

O instrumento que foi considerado mais adequado para coletar os dados foi o questionário. A análise dos dados obtidos foi realizada através de percentagens e analisados de forma quantitativa. Pode-se assim conferir as médias, percentagens e, após analisados os dados constatou-se que ficou com uma forma atrativa e expressiva, para a melhor compreensão dos resultados (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Análise dos Resultados

A pesquisa foi realizada na Univel – Cascavel, com alunos do primeiro ano dos cursos de gestão comercial, financeira e processos gerenciais.

Dos 179 participantes da pesquisa, 100 (56%) pessoas são do sexo feminino e 79 (44%) do sexo masculino. Os solteiros somaram 114 (64%) pessoas, casados 41 (23%) e união estável 8%, com 2% os que responderam outros (não citaram qual o tipo de relacionamento), também com 2% os que estão separados; os divorciados com 1%.

Com o percentual maior ficou a renda familiar de R\$2.001,00 a R\$4.000 com 35%, com 25% os que possuem renda familiar de R\$4.001 a R\$7.800, os que têm renda entre R\$1.241 a R\$2.000 ficaram com 17%. Com 10% ficaram aqueles que possuem renda de R\$861,00 a R\$1.240 e 4% renda de R\$680,00 a R\$860,00. Mas também se verificou que existe um percentual de pessoas que possuem renda familiar mais alta, 9% ganham acima de R\$7.800.

Quanto ao local onde o acadêmico cursou o ensino fundamental, a escola pública foi a opção que teve 43%, e as escolas privadas tiveram 4%, quem cursou em ambas as escolas ficou com o percentual de 3%. Já no ensino médio a escola pública teve 41% e a privada 6%, ambas as escolas foi a opção de 3% dos entrevistados. Apesar das péssimas condições da maioria das escolas públicas, a maioria não tem muita opção, devido ao alto custo do ensino privado. Mesmo com os incentivos do governo, como Prouni, o Fies e outros ainda é difícil cursar o ensino superior.

Dependendo do curso, ainda há o problema da falta de vagas ou a concorrência é muito grande, muitas vezes empurrando o indivíduo para o ensino particular. Desde a época das reformas, segundo Aranha (2006), o ensino brasileiro foi deficitário, tanto que em 1932 foi publicado um manifesto onde educadores alegavam a necessidade de uma educação obrigatória, pública e gratuita. Somente de 1936 a 1951 é que a educação teve mais atenção do governo, as escolas primária e secundária quadruplicaram-se. Após muitos movimentos e leis que viriam a ser aprovadas, houve uma reestruturação no ensino, trazendo novas integrações de cursos e áreas de disciplina, incluindo nessas reformas o ensino profissionalizante.

Com o surgimento dos cursos superiores de tecnologia, que podem ser concluídos em tempo mais curtos e custos menores, um mercado novo se abriu, trazendo uma aprendizagem mais rápida, auxiliando na capacidade de qualificar este acadêmico (CAXITO, 2009).

De acordo com Chiavenato (2000), o grande avanço tecnológico, trouxe uma procura por pessoas qualificadas e conseqüentemente a um maior nível de escolaridade, quanto maior a educação menor será o desemprego. Como a demanda por profissionais capacitados hoje é considerada grande, o mercado de trabalho está buscando o indivíduo apto a atender os requisitos necessários para a determinada área.

Devido à procura por profissionais qualificados hoje no mercado, constatou-se que devido a essa forte tendência 31% dos pesquisados buscaram fazer esse curso na esperança de suprir essa demanda, procurando entrar neste mercado de trabalho promissor. Logo em seguida com 27%, estão os acadêmicos que optaram em fazer o curso devido a sua curta duração, de dois a três anos, favorecendo uma capacitação mais rápida. Os que escolheram fazer por conta própria somam 18%, os que optaram em fazer um curso tecnólogo por influência da empresa foram 10%. Com 6% ficou a escolha de outros, que tiveram algumas respostas como devido ao Prouni ou para simplesmente se aperfeiçoar na área, porque o curso foi bem recomendado e até para melhorar o desempenho na empresa onde trabalha. Aqueles que tiveram a influência da família foram 4% e 2% tiveram alguma influência dos amigos, também 2% afirmaram que escolheram o curso devido ao custo menor.

Com o crescimento da competitividade dentro do mercado, não importa a área escolhida, desde que o indivíduo esteja apto a exercer a profissão escolhida com destreza e competência, serão sempre valorizadas nas empresas (CAXITO 2009).

Devido a estas mudanças tecnológicas e o aparecimento de novas funções o maior percentual de acadêmicos, aposta em um futuro mercado de trabalho muito promissor, com oportunidades e melhora na empregabilidade. A empregabilidade ajuda o indivíduo a valorizar suas chances de crescimento. O bom profissional (SAVIANE, 1997) busca ideias inovadoras e criativas e não se prende a pequenos problemas, buscando inovações.

Com a globalização, o conhecimento específico tornou-se um ponto a mais para o indivíduo que estiver apto, as empresas buscam esses profissionais, mais como as tendências estão sempre mudando, deve-se sempre estar atualizado para fugir das adversidades do mercado (NOSE, 2005).

O mercado está em constante evolução e o profissional deve estar apto a atender esta demanda, por isso 92% dos acadêmicos pesquisados afirmaram que também tiveram influência das tendências do mercado, apenas 8% não que tiveram. Também se constatou que 96% dos pesquisados esperam conseguir novas oportunidades no mercado de trabalho após a conclusão do curso.

Como os cursos de tecnologia são considerados ensino superior o acadêmico, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, possuem o direito de continuar seus estudos, em pós-graduação, mestrado e doutorado.

De acordo com a pesquisa, 43% pretendem buscar uma especialização, e 32% se aperfeiçoar dentro da área escolhida. Até porque quanto maior o nível de estudos, maior as chances de se estabilizar dentro de uma profissão.

Um percentual pequeno, 5% não pretende continuar, e outros, 8% colocaram que irão fazer novos cursos como direito e pedagogia. Já 7% dos acadêmicos afirmaram que irão fazer um mestrado e 5% pretendem fazer um doutorado após a conclusão do curso. Pôde-se perceber que os respondentes desejam continuar seus estudos após a sua conclusão, de certa forma buscando manter-se atualizados, para o mercado.

De acordo com Caxito (2009) os cursos de pós-graduação *lato sensu*, são voltados á área escolhida do curso é uma continuação. Abrangem especialização e aperfeiçoamento, e tem como objetivo o aprofundamento na área de formação escolhida. Os acadêmicos podem também optar, em fazer uma pós-graduação *stricto sensu*, que são mais para aqueles que querem exercer a docência ou pesquisador. Essa pós pode ser mestrado, profissionalizante, doutorado e pós-doutorado.

Independente da área escolhida o ensino superior é um diferencial, mas estar sempre buscando maiores qualificações é fundamental.

A maioria dos pesquisados está trabalhando, mas 15% sem registro, o que é bastante, considerando a rigidez hoje das leis para quem contrata e não registra o funcionário. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o empregador tem 48 horas para registrar na carteira do trabalhador a remuneração e condições especiais, etc. e o não cumprimento acarreta lavratura do auto de infração. Com 74% estão trabalhando registrados e apenas 11% dos pesquisados não estava trabalhando.

Também se verificou a função ocupada neste local, a maioria com 46% é funcionário efetivo em regime CLT. Seguido por 35% na função de estagiário, o que é normal devido ao estudo em fase de conclusão e a busca por maior aprendizado prático. Os que já possuem algum empreendimento, proprietários, somam 8%, os acadêmicos que são funcionários terceirizados ficaram com 6% e os que exercem outras funções somam 5%. O mercado de trabalho é contínuo, às vezes há oportunidades e às vezes um grande recesso, por isso influencia no comportamento das pessoas. A função de estagiário, por exemplo, é porta de entrada em algumas empresas, que podem utilizar o funcionário em outros setores no término dos seus estudos, dando oportunidades de crescimento dentro da empresa (CHIAVENATO, 2000).

Quanto ao ramo da empresa, 93% é privada, mostrando como empregam bastante, podendo também concluir que a maioria dos acadêmicos buscam as empresas devido as grandes oportunidades por elas oferecidas. Já o setor público, com apenas 7%, tem maior estabilidade para o funcionário.

Os concursos públicos é um processo seletivo que tem a finalidade de empregar pessoas em um órgão do governo, pode ser realizados através de concursos ou processos seletivos, mas para conseguir um cargo, é necessário muito empenho, devido a grande concorrência e procura por este setor. O crescimento da procura por concursos também se deu devido aos bons salários pagos pelas instituições (NASCIMENTO; LOSILLA, 2008).

Observou-se, também, que 49% dos respondentes trabalham em empresas do ramo comercial, seguido de 25% dos que trabalham em prestação de serviços, a área industrial também teve um índice razoável com 12%. Com 5% ficaram as empresas que atuam na área financeira, com 4% as empresas que atuam em outras áreas, como clube comercial, assessoria, multinacional, etc. As empresas que possuem atividades na área educacional somaram 3% e com 2% às cooperativas.

As empresas são os maiores empregadores no ramo comercial entre elas as empresas americanas e alemãs; no Brasil as empresas automobilísticas são líderes de contratação, pois necessitam de mão de obra qualificada, mas as empresas estão passando por uma fase de enxugar, eliminar o desnecessário, a evolução tecnológica esta ligada a este processo. E somente os profissionais qualificados permanecerão neste mercado (CHIAVENATO, 2000).

Com o crescimento econômico, aumentou também a exigência de qualificação, e mesmo com formação e habilidades é necessário uma reciclagem permanente para se posicionar no mercado (CHIAVENATO, 2000).

Foram verificados quantos acadêmicos trabalham na área do curso escolhido, e 67% estão atuando, elencando a teoria a prática, o que é muito bom, pois ajuda a assimilar o que é dito dentro da sala de aula e aplicar no seu local de trabalho, proporcionando maior aprendizado ao acadêmico. Mas 33% dos pesquisados não estão trabalhando ainda na área do curso.

Foram levantados também os motivos que levam os acadêmicos a não trabalharem na área escolhida e 53% afirmaram que é devido a não encontrar nada dentro da na área de sua graduação. Também 23% dos pesquisados escolheram a opção de exigência de experiência por parte do mercado de trabalho, o que às vezes é complicado por ser a maioria jovem e em

busca do primeiro emprego. Com 14% foram os outros motivos, como retorno financeiro, concursos, estão satisfeitos na área em que está atuando no momento ou porque quer terminar o curso primeiro para depois atuar, etc.

Alguns acadêmicos afirmaram estar atuando fora da área escolhida, 10%, devido ao mercado de trabalho estar muito competitivo, essa competitividade faz com que os acadêmicos e futuros profissionais estejam sempre se inovando, para se garantir no mercado.

A escolha vocacional equivocada do curso não foi citada por nenhum dos acadêmicos pesquisados, mostrando que a maioria, estava certa na hora em que escolheu a área para se especializar. As empresas procuram profissionais qualificados, mas ainda possuem algumas restrições em relação ao tecnólogo, podendo frustrar o indivíduo, o colocando em áreas que não se especializou, não conseguindo assim por em prática o estudo adquirido ao longo do curso (CAXITO, 2009).

O mercado de trabalho procura profissionais que possuem uma boa formação, que tenha uma educação profissional, e junto com ela a experiência, que consiga trabalhar em competitividade global, para conseguir produtividade e qualidade nas organizações (CHIAVENATO, 2000).

A expectativa de quem faz um curso de tecnologia com qualidade é garantir uma carreira, e para isso precisa de dedicação e muito aprofundamento, aprender constantemente, porque o mercado é muito dinâmico e nunca se sabe o suficiente (CAXITO, 2009).

Quanto às expectativas após a conclusão do curso a maioria dos acadêmicos, 48%, quer melhorar seu salário ou trocar/ser promovido de função no local de trabalho e 22% pretende investir em concurso público, já que o curso de tecnologia propicia o diploma de ensino superior, o profissional pode disputar vagas e cargos melhores. Para 10% a sua expectativa é poder ingressar no mercado de trabalho.

Os profissionais que estão fora do mercado de trabalho, 9%, esperam obter a recolocação no mercado de trabalho. Com o intuito de exercer uma docência, 6% dos pesquisados pretendem investir em mestrados e doutorados, com 4% somam as outras respostas como, melhorar a gestão da própria empresa, qualificação profissional, montar seu próprio negócio, outros não pretendem atuar na área, etc.

Alguns acadêmicos, quando escolheram um curso de tecnologia, estavam buscando também a chance de conseguir o primeiro emprego, 1% dos pesquisados estão na perspectiva de entrar no mercado de trabalho após a conclusão do curso.

Conclusão

Os cursos superiores de tecnologia não são somente uma tendência, mas sim uma resposta para suprir a um setor do mercado de trabalho carente. Estão ligados ao novo perfil do profissional, ao avanço tecnológico, as mudanças ocorridas e ao aumento da demanda por esse tipo de escolaridade.

Os cursos de tecnologia também passaram a ser uma opção para aquelas pessoas que não tem condições ou tempo para cursarem uma graduação tradicional. Atendem várias classes sociais, pela duração reduzida e mensalidades menores.

Nesta pesquisa buscando o perfil do estudante tecnólogo, observou-se que 56% pertence ao sexo feminino, com uma pequena vantagem, com idade entre 19 e 24, 48%, a maioria solteiros e com renda familiar entre R\$ 2.000 e R\$ 4.000 (35%), também com 35% está o percentual dos jovens já estagiando, para melhor colocar em prática o estudo obtido na faculdade e trabalhando registrado. Os pais dos estudantes, em sua maioria possuem ensino fundamental e médio, poucos com ensino superior completo.

Com o objetivo de descrever quais são as expectativas após a conclusão do curso escolhido a que mais prevaleceu foi à expectativa de um mercado de trabalho promissor, como também a influência das tendências deste mercado, que hoje está muito em evidência.

As próprias instituições descobriram que este mercado é promissor, devido a isto nota-se grandes investimentos neste segmento.

O estudante mostrou também que com a conclusão do curso espera obter uma promoção, como mudança do cargo ocupado atualmente ou aumento salarial, com um percentual significativo das respostas, 48%. Um dado interessante também constatado é que 22% dos pesquisados pretendem investir em concursos públicos, buscando a estabilidade neste tipo de trabalho, apesar de ser uma área com bastante concorrência atualmente.

Assim o perfil do acadêmico dos cursos de gestão financeira, comercial e processos gerenciais é de um estudante jovem, que buscou o curso devido ao mercado de trabalho e a influência das tendências, espera obter melhores salários após a sua formação e pretende continuar seus estudos em uma pós-graduação, por exemplo.

Por fim, este trabalho buscou mostrar como os cursos tecnológicos tornou-se um dos principais formadores de profissionais para o mercado de trabalho. Ao saber o perfil de quem opta em fazer estes cursos, facilita para instituições, governos e futuros alunos em quais projetos investir. Pode-se investir em áreas específicas para atrair novos candidatos, que podem ser também de outras localidades. Estudos posteriores poderão ser feitos em outros cursos, áreas diferentes, para analisar se o perfil é semelhante. Como o aluno tem um perfil jovem seria uma forma de aumentar a qualidade dos serviços oferecidos e manter o estudante por mais tempo na instituição com outros cursos de especialização e aperfeiçoamento.

Referências

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: Geral e Brasil**. 3 ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Moderna, 2006.
- BRASIL. CNE/CP. **Parecer n. 29, de 03/12/2002**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico.
- BRASIL. CNE - **Parecer n. 436 de 02 de abril de 2001**: Dispõe sobre os Cursos Superiores de Tecnologia.
- BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abr. de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts.39 a 41 da Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União. Brasília.
- BRASIL. **Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília.
- BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.
- BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**- Regulamenta o 1º do os art. 39 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2004.
- BRASIL. MEC. 2009. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/sete/arquivos/centenário/histórico_educacão_profissional.pdf> Acesso em 12 abr 2013.
- BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. Brasília, 2010.
- CAXITO, Fabiano. **Guia de cursos tecnológicos 2009: do ensino médio a pós-graduação em apenas 3 anos**. São Paulo: Digerati Books, 2008.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**. 3 ed. Revista e atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- CHINARELLI, Marcele. **Diferença entre o curso técnico e tecnólogo**. 2012. Disponível em:<http://www.passeiweb.com/vestibular/profissoes/artigos/diferença_curso_tecnico_tecnologico> Acesso em 12 mai 2013.
- CIAVATTA, Maria. Universidades Tecnológicas – horizonte dos estudos federais de educação ciência e tecnologia (IFETS)? in MOLL, Jaqueline & colaboradores. **Educação Profissional e Tecnológica: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica: o ensino superior na república populista.** 3 ed. São Paulo: Unesp, 2007.

_____. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização.** Brasília, DF: Flacso, 2000.

GÍLIO, Ismael. **Trabalho e educação: formação profissional e mercado de trabalho.** São Paulo: Nobel, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Resumo técnico da educação superior.** Brasília: Ministério da Educação. 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Maria Eva. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração e interpretação de dados.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NASCIMENTO, Ana Beatriz; LOSILLA, Renata. **Concurso Público, um sonho de duas palavras.** 2008. Disponível em: < <http://www.vestcon.com.br/artigo/concursos-publicos-passo-passo.aspx>> Acesso em 7 out de 2013.

NOSÉ, Amadeu Junior. **Marketing internacional: uma estratégia empresarial.** São Paulo: Thomson, 2005.p 41.

OLIVEIRA, Joaquim. **O mercado de trabalho para tecnólogo.** 2012. Disponível em:<http://www.rhportal.com.br/artigos/rh.php?rh=O-Mercado-de-trabalho-para-tecnologos-idx_cad=rgfryvla4> Acesso em 01 de mai 2013.

RAMALHO, Celina. **Graduações tecnológicas dão acesso rápido ao mercado de trabalho.** 2012. Disponível em:<<http://g1.globo/jornal-hoje/noticia/2012/10/graduacoes-tecnologicas-dao-acesso-rapido-ao-mercado-de-trabalho.html>> Acesso em 3 mai 2013.

ROSETTI, Hélio Junior; SCHIMIGUEL, Juliano. **Histórico e contexto econômico dos cursos superiores de tecnologia no Brasil,** Disponível em:<<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/11/rjs.htm>> Acesso em 9 de maio 2013.

SAVIANI, José Roberto. **Empregabilidade: como as empresas devem agir para manter em seus quadros elementos com alta taxa de empregabilidade.** São Paulo: Makron Books, 1997.

SOUZA, Juliana Brito de. **Política de expansão dos cursos superiores de tecnologia: nova face da educação profissional e tecnológica.** Belo Horizonte. Faculdade de Educação da Universidade Federal, 2012. 216 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.